

Mises e o vício ricardiano*

Carlos Fernando Lopes**

Sumário: 1. Introdução; 2. Mises e a ação humana; 3. A indeterminação de Senior; 4. O vício ricardiano em Mises; 5. Conclusão.

1. Introdução

Por se tratar de um assunto tão relevante para a vida em sociedade, a teoria econômica sempre esteve envolvida no debate político. O questionamento sobre as intermediações necessárias entre o trabalho científico e as formulações de políticas econômicas é recorrente na economia desde os tempos clássicos de Ricardo, Senior e Mill. Schumpeter referiu-se ao "hábito de se empilhar uma carga pesada de conclusões práticas sobre uma fundação tênue"¹ como o vício ricardiano. Silveira (1991) trata desse assunto na forma de uma indeterminação, que denominou indeterminação de Senior.² Baseados neste instrumental, vamos aqui analisar o trabalho de Ludwig von Mises, concentrando-nos em sua maior obra, *Ação humana*, onde procuramos identificar a existência ou não do vício ricardiano.³

2. Mises e a ação humana

Mises inicia seu livro expondo o axioma do comportamento humano que fundamenta sua teoria. O indivíduo é descrito como um agente racional, que a partir de uma análise de custo-benefício decide agir, sempre visando aumentar sua satisfação ou reduzir seu desconforto. A natureza dos desejos e necessidades, no entanto, é vista como algo complexo, pertencendo apenas ao âmbito do indivíduo, e não passível de apreensão pela teoria. Sendo assim, o objeto da praxiologia (ciência da ação humana) consiste em entender o processo pelo qual esses agentes racionais interagem e conciliam seus interesses distintos.

Do axioma básico depreende-se a impossibilidade do cálculo coletivo, já que desejos e necessidades não podem ser definidos em um nível mais agregado que o indivíduo. Extrai-se também que os agentes são eficientes em seus cálculos. No âmbito da economia, decorre daí que a distribuição ótima da produção social é aquela que corresponde às intenções de compra formuladas pelos agentes. Este resultado, segundo Mises, só é alcançado em uma economia de livre mercado, onde a concorrência entre os empresários os obriga a atenderem da melhor

* O autor agradece a Fábio Freitas, Matias Vernengo, Nelson Barbosa e especialmente a Antonio Maria da Silveira pelas sugestões e discussões na elaboração desta nota.

** Economista do BNDES e mestrando do IEI-UFRJ.

¹ Schumpeter, citado em Silveira (1991, p. 80).

² O contraste entre o Vício de Ricardo e a Virtude de Senior é interessante por mostrar autores com pontos de vista teóricos semelhantes adotando posturas metodológicas distintas. Ver a respeito Blaug (1980, p. 99-119).

³ Esta nota é uma versão modificada de Lopes (1992).

forma possível aos desejos dos consumidores. Qualquer intervenção nos mecanismos de mercado resulta em distorções nos preços relativos, impedindo que vigore a “soberania” do consumidor.

Mises formula, a partir dos resultados teóricos, suas conclusões de política econômica, que pregam a superioridade dos mecanismos de mercado sobre qualquer processo de coordenação ou planificação das ações. Baseia-se para tanto na suposição de que seu axioma fundamental é não só necessário, mas também suficiente para explicar de forma abrangente todo o comportamento humano. Rotinas, caridade, crimes, toda ação humana pode ser reduzida a um cálculo racional em busca de satisfação pessoal. Mises se sente então à vontade para dizer: “[O] verdadeiro tema da praxiologia, ação humana, tem a mesma origem que o raciocínio humano. Ação e razão são congêneras e homogêneas; podem até ser consideradas dois aspectos diferentes da mesma coisa. [...] A praxiologia transmite conhecimento *exato* e *preciso* das coisas reais” (1949, p. 39. Grifos nossos). A lógica da teoria reflete a lógica da ação, a realidade pode ser descrita por teoremas. O liberalismo torna-se assim não só um objetivo político, mas também uma conclusão científica.

3. A indeterminação de Senior

O conhecimento é limitado. Uma teoria não pode pretender ser geral a ponto de explicar uma vasta gama de fenômenos e ainda assim explicar cada um deles de forma acurada. Teorias muito abstratas, quando superpostas diretamente à realidade, geram uma indeterminação. Silveira (1991) constrói então um modelo com o qual procura analisá-la.

Estabelece-se inicialmente uma tricotomia, representando dois níveis de trabalho teórico e um nível profissional: ciência abstrata, ciência aplicada, e sua arte. A ciência abstrata é o campo teórico estritamente lógico. Seu conhecimento busca a generalidade, relacionando aspectos elementares e universais do objeto de análise. Altos níveis de abstração, entretanto, significam distanciamento do fenômeno real, e conseqüentemente perda da acurácia. A arte, por sua vez, é o campo pragmático, situado no nível da realidade, no extremo oposto ao da ciência abstrata. Sua preocupação abrange naturalmente todos os aspectos e especificidades do fenômeno. Envolve, dessa forma, conclusões normativas sobre a realidade, embora essas conclusões não possam ser generalizadas.

Existe, portanto, uma lacuna entre o conhecimento teórico abstrato e as decisões envolvidas nos fenômenos reais; a ciência aplicada busca preencher este espaço. Mantendo-se ainda no campo teórico, aproxima os construtos de suas contrapartidas reais ao incorporar na análise as diversas dimensões do objeto. Para isso entrelaça teorias abstratas distintas mas relevantes para o caso em questão, produzindo um conhecimento menos geral, porém mais acurado. Este conhecimento, de caráter positivo, é relativo a uma gama mais restrita de fenômenos. O vício ricardiano surge então quando se ignora o papel do campo aplicado, isto é, quando se pressupõe ser a teoria abstrata o suficiente para gerar conclusões práticas.

4. O vício ricardiano em Mises

A defesa incondicional que Mises faz do liberalismo baseia-se na pretensa integração de universalidade e completude em seu axioma fundamental. Nosso entendimento é que, ao expandir seu conceito de ação humana a toda forma de comportamento, Mises apenas o diluiu

em uma tautologia sem poder analítico. Todo objetivo humano é reduzido à satisfação pessoal. Altruísmo, egoísmo ou sensação de dever são considerados apenas como diferentes formas de buscar essa satisfação. Qualquer fonte de irracionalidade, por sua vez, é excluída do processo decisório e remetida ao terreno vago dos desejos pessoais, o qual é, por definição, impenetrável à teoria. Esse conceito de ação humana, no entanto, é vazio como base de um corpo teórico. Nada se pode dizer sobre as reações dos agentes a determinados estímulos, já que qualquer reação pode ser explicada (*a posteriori*) como uma busca racional de algum desejo incompreensível. De fato, ao desenvolver sua teoria, Mises abandona (implicitamente) essa versão ampla e tautológica do comportamento e passa a trabalhar em termos mais restritos. O objetivo dos consumidores é expresso pela demanda de bens e serviços, os trabalhadores otimizam uma relação salário-lazer, os empresários almejam lucros máximos. Em suma, o modelo de comportamento humano aproxima-se do “homem econômico” neoclássico, ou seja, do agente que usa todas as informações disponíveis em prol de seu interesse próprio.⁴

Entendendo o “homem econômico” operacional de Mises como hipótese teórica expõe-se o seu caráter abstrato. De fato, sua teoria econômica passa a ser o desenvolvimento lógico de uma visão restrita e estilizada do comportamento humano. Ao refletir uma dimensão humana (motivação egoísta), certamente obscurece outras.⁵ Valores morais e éticos são uma parte fundamental do processo de decisão: fazemos não só o que queremos, mas também o que *devemos*, ambas as motivações interagindo de forma complexa.⁶ Não é do escopo desta nota trabalhar as formas que assume essa interação, ou questionar as suas conseqüências analíticas sobre o conceito de racionalidade. Nosso ponto é que aceitar a relevância do “homem econômico” no nível abstrato não implica considerá-lo uma descrição acurada do comportamento real. Segue-se que a elaboração de políticas econômicas exclusivamente nos resultados da lógica do auto-interesse (teoria abstrata) constitui uma mutilação do objeto, uma postura que dificilmente pode ser considerada científica. Uma pequena amostra de citações servirá para ilustrar a dimensão que o problema assume em Mises (1949):

Esses países são pobres em comparação com os outros avançados. Sua pobreza é fruto do rápido crescimento populacional. Preferem ter mais filhos a elevar o seu padrão de vida. A decisão é deles (p. 853).

A maravilhosa civilização da Antigüidade desapareceu por não ter sabido ajustar seu código moral e o seu sistema legal às exigências da economia de mercado (p. 758).

A guerra é a alternativa à liberdade de investimento estrangeiro, que um mercado internacional de capitais tornaria possível (p. 498).

⁴ A diferença entre este “homem econômico” de Mises e o neoclássico é que o primeiro não supõe informação perfeita, já que a consistência das ações individuais não se dá instantaneamente, mas sim como um processo no tempo, envolvendo aprendizado e seleção pela concorrência. O aprendizado, no entanto, exige ergodicidade, isto é, as probabilidades dos eventos precisam ser independentes do tempo histórico (Davidson, 1982-83). Isso significa que os parâmetros econômicos precisam ser estáveis, aos moldes das constantes gravitacionais (ibid., p. 187). Este ponto, no entanto, é inaceitável para Mises: “fenômenos físicos podem ser interpretados com base no nosso conhecimento de relações constantes descobertas pela experimentação. Os acontecimentos históricos não permitem idêntico tratamento” (1949, p. 54). Se Mises aceita a não-ergodicidade do sistema, precisa aceitar então suas conseqüências, como a incerteza e a instabilidade potencial, as quais levam à explicação racional dos mecanismos de coordenação externos ao mercado. A respeito da relação ergodicidade, incerteza e racionalidade, ver Carvalho (1988). Para um painel das escolas neo-austriaca e pós-keynesiana, ver Dow (1985).

⁵ “The self interest view of rationality involves inter alia a firm rejection of the ‘ethics-related’ view of motivation” (Sen, 1987, p.15).

⁶ Sobre a complexidade desta interação, ver Knight (1922 e 1923), Sen (1987) e Myrdal (1969).

Mas o horror da morte pela fome não aterroriza mais os que vivem na sociedade capitalista. Quem puder trabalhar pode ganhar muito mais que o necessário à mera subsistência (p. 596).

Concluindo então pelo vício ricardiano em Mises, termino citando as palavras de Hayek (1975, p.193), que embora provavelmente não concordasse com o uso que delas faço,⁷ servem como uma reflexão sobre o tema aqui tratado:

O reconhecimento de limites insuperáveis ao seu conhecimento deve, de fato, ensinar ao estudioso da sociedade uma lição de humildade que deve protegê-lo de se tornar um cúmplice na luta fatal dos homens para controlar a sociedade.

5. Conclusão

Mises extrai conclusões normativas a partir do desenvolvimento lógico de seu axioma fundamental, supondo-o uma descrição acurada de todo comportamento humano. Esta proposição, no entanto, não se sustenta. Ao procurar generalizar este axioma para abranger toda ação humana, Mises consegue apenas chegar a uma tautologia, sem poder explicativo. Ao construir sua teoria, no entanto, o axioma é silenciosamente transformado em um modelo restrito de comportamento egoísta. Isso torna sua teoria necessariamente abstrata, e sua defesa "científica" do liberalismo um exemplo do vício ricardiano.

Referências bibliográficas

- Blaug, M. *Metodologia da economia: ou como os economistas explicam*. São Paulo, Edusp, 1993.
- Carvalho, F. C. Keynes on probability, uncertainty, and decision making. *JPKE*, 11 (1), 1988.
- Davidson, P. Rational expectations: a fallacious foundation for studying crucial decision-making processes. *JPKE*, 5 (2), 1992-93.
- Dow, S. *Macroeconomic thought: a methodological approach*. Oxford, Basil Blackwell, 1985.
- Hayek, F. A pretensão do conhecimento. *Edições Multiplic*, 2 (5), abr. 1982.
- Knight, F. Ética e interpretação econômica. [1922] *Edições Multiplic*, 1 (1), out. 1980.
- . A ética da concorrência [1923]. *Edições Multiplic*, 2 (3), dez. 1981.
- Lopes, C. F. *A indeterminação de Senior em Mises*. FEA-UFRJ. mimeog.
- Mises, L. *Ação humana: um tratado de economia*. Rio de Janeiro, Instituto Liberal, 1990.
- Myrdal, G. *Objectivity in social research*. New York, Pantheon Books, 1969.
- Sen, A. *On ethics and economics*. Oxford, Basil Blackwell, 1987.
- Silveira, A. M. A indeterminação de Senior. *REP*, 11 (4), 1991.

⁷ Foram escritas em um contexto de crítica às doutrinas intervencionistas, em uma argumentação que certamente Mises subscreveria.